



Desafios da colonialidade e da globalização no ensino superior de música

Nelson Ruas Souza Soares
UFMG/CEM Lorenzo Fernandez
Nelsonss13@hotmail.com

Introdução.

As discussões acadêmicas acerca da colonialidade no ensino superior brasileiro estão evidência na atualidade, não é diferente no que tange ao ensino da música. O Brasil, assim como outros países colonizados ao sul do mundo, foi submetido política e culturalmente à Europa, e suas instituições educacionais se espelharam invariavelmente em modelos estrangeiros, cenário esse que se manteve mesmo após a sua independência política. Nesse trabalho pretendemos a partir de um estudo bibliográfico adicionar a essa análise o contexto mais recente da globalização.

O colonialismo foi uma forma de dominação política explícita a que foram submetidos diversos países do mundo, principalmente no hemisfério sul, por nações européias que buscavam explorar esses territórios em proveito próprio, essa imposição abrangia também o campo cultural, onde os costumes europeus eram apresentados como hierarquicamente superiores aos costumes “primitivos” e “selvagens” das colônias.

Para Maldonado-Torres enquanto o colonialismo apresenta uma dominação econômica e política bastante evidente, a colonialidade se refere a uma forma de dominação mais sutil que abrange principalmente o aspecto cultural e atua na forma de ver e pensar dos povos submetidos. Para o autor a colonialidade permanece mesmo após o fim do colonialismo. (MALDONADO-TORRES *apud* QUEIROZ, 2017). Apesar do esgotamento do modelo de dominação colonial, suas dimensões subjetivas, simbólicas e epistemológicas se mantiveram, como se pode observar na presença de certa aspiração à cultura européia por parte das nações subalternas. O ensino de música institucionalizado no Brasil é baseado



I Encontro de Educação Musical do Piauí:
Diálogos, culturas e desafios regionais
Universidade Federal do Piauí/ Instituto Federal do Piauí
Teresina/ Piauí – 23 a 27 de novembro de 2020



predominantemente nessa tendência. A colonialidade implica numa valorização de uma cultura dominante sobre a cultura dos colonizados, associamos essa realidade ao que Boaventura de Sousa Santos chama de pensamento abissal.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2007, p.71).

Podemos relacionar o processo de colonização com o que Santos (2007) denomina como paradigma da “apropriação/violência” a antiga forma de dominação representada pela relação metrópole/colônia que foi substituída por uma forma mais velada, que associamos a colonialidade, que o autor chama de “regulação/emancipação. As divisões nesse novo paradigma não são claras, uma “linha abissal” sinuosa corta os territórios e por vezes a “regulação/emancipação” se aproxima da “apropriação/violência” a partir da submissão dos países mais pobres e de divisões que ocorrem dentro desses próprios países.

No caso específico do Brasil, mesmo após proclamação da independência um membro da família real portuguesa se manteve como governante, continuamos com uma sociedade escravocrata e sem mudanças culturais significativas, quanto ao ensino de música as primeiras instituições formais foram baseada em modelos europeus de ensino contribuindo para a perpetuação da valorização da música erudita européia. A continuidade dessa submissão através da colonialidade promove epistemicídios culturais, ou seja, assassinatos simbólicos pela imposição de uma cultura à outra. (QUEIROZ, 2017, p.137.)

Queiroz estudou os cursos de graduação de 10 universidades do país buscando compreender a formação ofertada por esses cursos considerando a trajetória excludente e colonialista que marcou a institucionalização dessa área no Brasil. Esse estudo demonstrou a predominância da colonialidade nas graduações em música no Brasil, mas aponta brechas onde práticas decoloniais de formação musical se opõem ou mesmo dialogam com a tendência dominante. Essas brechas, para Queiroz, são perceptíveis na presença de componentes curriculares e cursos voltados para instrumentos tradicionalmente mais ligados à música popular. Ressaltamos, contudo que mesmo na Europa a estratificação social na era

moderna já qualificava a cultura das elites burguesas letradas, como superior à cultura popular oriunda das camadas sociais pobres e iletradas. (FONSECA, 2014)

A partir da década de 1970 os avanços tecnológicos nas áreas da comunicação e informação resultaram em uma interação global inédita. Ocorreu então uma intensificação de interações transnacionais, globalização de sistemas de produção e de transferências financeiras e disseminação de informações e imagens em escala mundial por meio da tecnologia da informação. Esse processo é multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, religiosas e jurídicas relacionadas de modo complexo. (SANTOS, 2002) Essa homogeneização impulsionada pela globalização planifica também as práticas culturais através da imposição de padrões dos países dominantes, grupo que agora além da Europa conta com outras nações como o Estados Unidos. Acreditamos que o fenômeno da globalização gerou novas formas de submissão cultural, que ameaça as manifestações locais em prol de uma cultura global.

Globalização.

Santos designa como globalização diferentes conjuntos de relações sociais, portanto não há uma globalização, mas globalizações. Esse fenômeno abrange aspectos sociais, políticos e culturais, longe de ser consensual a globalização é um campo de disputas de grupos sociais, onde se verifica a resistência dos grupos subalternos embora seu aspecto hegemônico seja buscado por seus membros dominantes. (SANTOS 2002) Para Giddens globalização é a intensificação das relações sociais mundiais que unem regiões afastadas geograficamente, de forma que acontecimentos locais são condicionados por eventos distantes. (GIDDENS, 1991)

Em 1989 um conjunto de medidas formuladas por organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial impôs condições para concessão de ajuda financeira e cooperação econômica a países em desenvolvimento, a concordância em torno dessas medidas ficou conhecida como Consenso de Washington ou consenso neoliberal. A partir então a globalização se torna intrinsecamente ligada ao neoliberalismo, definido por Duménil e Lévy (2007) como uma espécie de novo imperialismo, onde os países mais avançados extraem lucro do resto do mundo a partir da abertura de fronteiras comerciais entre nações com diferentes níveis de desenvolvimento, configurando uma violência econômica

catastrófica para os países menos desenvolvidos, essa violência assume também outras formas através de práticas políticas e culturais, não sendo restrita ao campo econômico.

A implantação do neoliberalismo se dá lentamente por meio de “uma gradativa absorção de todas as dimensões da vida por um padrão de pensamento e conduta que vai se tornando unitário.” (COHN, 2017, p.173) A lógica neoliberal da globalização afeta diretamente os bens culturais, onde a música está inserida, é interessante para o capital uma homogeneização cultural onde os produtos atinjam o maior público possível. Tomemos como exemplo uma música produzida nos EUA, muitas vezes se espera que ela seja vendida em diversas partes do mundo, inclusive ao público brasileiro, o processo de globalização age no âmbito cultural homogeneizando essas músicas e buscando adequar o gosto do público consumidor a esse padrão, o que permite um alcance global dos produtos sonoros. Esse processo acaba contribuindo para o detrimento de manifestações locais e tradicionais em favor de uma cultura de massa mundial. Essa homogeneização afeta também o ambiente universitários e a produção de conhecimento. A cultura popular local interessa ao neoliberalismo enquanto se torna produto, o que frequentemente ocorre na forma de apropriação cultural. A apropriação tenta tornar mais “palatável” a cultura popular para um cidadão médio, aproximando-se da indústria cultural que é uma fonte cotidiana de arte, o apoio a essa indústria por si só já enfraquece manifestações locais. Para Santos o consenso neoliberal, entende o fenômeno cultural não em si mesmo, mas como mercadoria, abrangendo principalmente os “suportes técnicos e jurídicos da produção e circulação dos produtos das indústrias culturais como, por exemplo, as tecnologias de comunicação e da informação e os direitos de propriedade intelectual” (SANTOS, 2002, p.49)

Conforme indicado anteriormente, a globalização não é consensual, movimentos de resistência ocorrem em toda parte e são visíveis nos hibridismos surgidos na América Latina onde no encontro dinâmico das práticas das matrizes culturais e temporais, os grupos locais deixam de ser agentes passivos e se configuram ativamente no processo de construir identidades e relações sociais. (ESCOBAR, 2005) Queiroz reforça a necessidade de se corrigir essas assimetrias que excluíram outros saberes através dos “epistemicídios cometidos contra índios, mestiços, negros, mulheres, pobres, entre tantos outros grupos sociais que, no cenário institucional da música, não estão devidamente representado.” (QUEIROZ, 2017, p.155)



I Encontro de Educação Musical do Piauí:
Diálogos, culturas e desafios regionais
Universidade Federal do Piauí/ Instituto Federal do Piauí
Teresina/ Piauí – 23 a 27 de novembro de 2020



Resistências à colonialidade.

Apontaremos brevemente algumas propostas apresentadas e ações que vem sendo desenvolvidas em um sentido contra hegemônico, visando contribuir com a decolonização dos currículos das universidades, tendo como foco o ensino de música. Em concordância com Santos (2002) entendemos que uma contra-hegemonia se produz dentro da globalização sob formas fragmentadas de iniciativas localizadas que se reproduzem por toda parte como respostas locais a pressões globais, apesar dessa dispersão é possível se estabelecer articulações translocais entre elas. Para Milton Santos, a resistência a globalização parte de uma cultura popular em oposição à cultura de massa, como espaço de solidariedade dos “de baixo” contra a escassez produzida “pelos de cima.” A cultura popular pode se apropriar meios técnicos da cultura de massa e promover uma revanche criando a possibilidade de se produzir um novo discurso (SANTOS, 2000).

Para Queiroz (2017) esse processo de resistência enfrenta dificuldades relativas ao fato de que essa imposição dos valores da colonialidade frequentemente nos passa despercebida. Esses valores contribuem para a exclusão de saberes e conhecimentos locais diferentes dos que foram impostos. Esse autor cita algumas ações concretas de algumas universidades de decolonizar o conhecimento através da inserção de conteúdos relacionados a música popular nas grades de alguns cursos, a maioria dessas disciplinas no entanto são facultativas. Ressaltamos que a colonialidade na música busca impor uma suposta prevalência da música erudita sobre a música popular, nesse sentido concordamos com Queiroz que essas disciplinas sejam uma resistência a colonialidade nos cursos superiores de música, todavia no processo de globalização a outras formas de dominação, oriundas principalmente da cultura estadunidense, afetam inclusive a música popular, devemos portanto ter cuidado de não substituir a submissão em forma de colonialidade por outra derivada da globalização. Queiroz inclusive, alerta para o desafio de não formatar as músicas populares dentro de parâmetros hegemônicos.

Outro exemplo de ação de resistência é o projeto “Encontro de saberes”, iniciado na UnB no ano de 2010, visando estabelecer diálogos entre o conhecimento acadêmico com os saberes de matrizes indígenas e africanas através da participação de mestres de saberes tradicionais como docentes nas universidades. O encontro de saberes é então uma:



I Encontro de Educação Musical do Piauí:
Diálogos, culturas e desafios regionais
Universidade Federal do Piauí/ Instituto Federal do Piauí
Teresina/ Piauí – 23 a 27 de novembro de 2020



intervención teórico-política de corte transdisciplinar que contribuye sustancialmente a decolonizar el modelo de conocimiento científico, técnico y humanístico impartido em nuestras universidades. Nuestra hipótesis de trabajo es que una característica primordial de la colonialidad tal y como se instaló en América Latina y el Caribe, fue consolidar instituciones académicas que funcionaron como réplicas casi exactas de instituciones educativas modernas creadas en Europa a inicios del siglo XIX (CARVALHO e FLÓREZ, 2014, p.132).

Cunha defende a importância dos conhecimentos tradicionais e a necessidade de construir “novas instituições e relações equitativas e com populações tradicionais e seus saberes” (CUNHA, 2007, p.84) O projeto Encontro de Saberes busca construir esse novo modelo de instituição proposto por Cunha com a inserção desses conhecimentos tradicionais.

O projeto do Encontro de Saberes se estendeu para outras universidades além da Unb a partir do ano de 2014, englobando outras instituições de ensino superior no país.

Considerações finais.

Muitos são os desafios que se apresentam diante de nós na tentativa de superar as imposições da colonialidade, a forma de pensar e ver o mundo tão arraigada na mentalidade dos povos que são vítimas desse processo. As universidades podem ser importantes focos dessa contra-hegemonia ao inserir os saberes tradicionais e populares nos seus currículos, a partir da vivência dos estudantes com esse conhecimento, ele pode ser multiplicado, principalmente por alunos egressos de licenciaturas, promovendo não só sua disseminação, mas também sua valorização. As mudanças promovidas pela iniciativa do Encontro de Saberes e por algumas ações de universidades, como descritas por Queiroz, demonstram que é possível transformações no sentido de incluir esses conhecimentos populares na formação acadêmica, ainda que essas mudanças estejam em fase inicial esse processo já alcança diversas regiões do país (QUEIROZ, 2017, p.155).

Para superar a homogeneização promovida pela colonialidade e pela globalização é necessário incorporar os conhecimentos e saberes populares, indígenas e de matriz africana e para que isso aconteça devemos estar dispostos a mudar “os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares, como tem sido a base das reformulações curriculares nos cursos de graduação em música no Brasil” (QUEIROZ, 2017, p.155).

Milton Santos afirma que a globalização atual não é um processo irreversível e que os meios tecnológicos relacionados à velocidade da transmissão da informação que



I Encontro de Educação Musical do Piauí:
Diálogos, culturas e desafios regionais
Universidade Federal do Piauí/ Instituto Federal do Piauí
Teresina/ Piauí – 23 a 27 de novembro de 2020



possibilitaram sua existência, se democratizados, podem promover a difusão e valorização das culturas locais levando a uma nova “história universal verdadeiramente humana” (SANTOS, 2000, p.85).

Valorizar e difundir conhecimentos tradicionais implica necessariamente em manter vivos esses conhecimentos. Algumas comunidades detentoras desses saberes têm seu modo de vida intrinsecamente ligado ao seu território, como no caso dos quilombolas rurais e povos indígenas que apesar de ter garantido pela constituição o direito a sua terra, conforme previsto nos artigos 68¹ e 231² respectivamente, os conflitos pela posse do espaço destinado a esses grupos são frequentes.

Acontecimentos recentes trazem novas preocupações, representantes do poder público têm questionado abertamente os direitos desses povos. Em abril de 2017 em uma palestra no Rio de Janeiro o então deputado Jair Bolsonaro, já declarado pré candidato a presidência, afirmou:

Se eu chegar lá, [à presidência] não vai ter dinheiro pra ONG [...] Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola [...] Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Não podemos abrir as portas para todo mundo [...] Alguém já viu algum japonês pedindo esmola? É uma raça que tem vergonha na cara!³

Apesar de declarações como essa, Bolsonaro foi eleito presidente e em 2 de janeiro de 2019 pouco depois de assumir o cargo promulgou a Medida Provisória (MP) 870/2019 referente a uma reforma administrativa que alterava, entre outras coisas, a organização dos ministérios, em meio essa MP o presidente transferiu a responsabilidade da demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, representante do agronegócio, justamente um setor historicamente em conflito com esses povos tradicionais.⁴ Ao votar a validade dos itens constantes na MP o congresso devolveu as demarcações de terras indígenas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a dos quilombolas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgãos anteriormente detentores dessas competências.

¹ http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp

² https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp

³ <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>

⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/bolsonaro-transfere-para-a-agricultura-as-atribuicoes-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas.ghtml>

Em 24 de novembro, ainda em 2019, o presidente da FUNAI Marcelo Augusto Xavier da Silva (delegado da Polícia Federal) substituiu integrantes de grupos de trabalho responsáveis pelas demarcações indígenas em Pernambuco por “pessoas de confiança.” A antropóloga Vânia Fialho, doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Ugo Maia Andrade, doutor em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) foram substituídos pelos engenheiros agrônomos João Pinto Rosa e Juliana de Aguiar Lengruber.⁵

A Fundação Cultural Palmares é um órgão federal criado para promover e preservar a cultura e a história da população negra do Brasil, em 27 de novembro de 2019 foi nomeado presidente fundação o jornalista negro Sérgio Nascimento Camargo. Em suas redes sociais Camargo nega a existência do racismo, defende o fim do feriado da Consciência Negra e ataca personalidades negras sugerindo que voltem para África. Dentre as declarações polêmicas chama a atenção afirmações relativas a uma suposta inexistência do racismo no Brasil seguida de “A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda” ou ainda que a escravidão foi benéfica para os negros porque ,segundo Camargo, eles viveram melhor aqui do que teriam vivido na África.⁶ Em 4 de dezembro a justiça federal do Ceará acatou um ação pública e determinou a suspensão de sua nomeação,⁷ mas em fevereiro de 2020 o STJ revogou essa decisão.

Ainda em 2020, diante do avanço da pandemia da Covid-19 sobre os territórios indígenas, foi aprovada em julho a lei 1142/2020 que tratava de medidas para frear a disseminação da doença entre indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. O presidente Bolsonaro vetou 22 dispositivos da norma, que entre outras coisas garantiam acesso a água potável e produtos de higiene as comunidades, em agosto o senado derrubou os vetos do executivo.⁸

Os desafios no processo de enfrentamento da colonialidade e da globalização no ensino superior, inclusive no caso das graduações em música, passam não só pela inclusão

⁵<https://exame.abril.com.br/brasil/funai-troca-antropologos-por-pessoas-de-confianca-em-demarcacoes/>

⁶https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/11/27/interna_politica,1104183/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-a-existencia-de-racismo-no-b.shtml

⁷ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/04/justica-federal-no-ceara-suspende-nomeacao-do-presidente-da-fundacao-palmares.ghtml>

⁸<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/19/congresso-derruba-vetos-de-bolsonaro-a-lei-que-protege-indigenas-na-pandemia>

dos saberes tradicionais e populares nos currículos, embora isso seja imperativo, mas passa também pela necessidade garantir a sobrevivência das comunidades detentoras desses conhecimentos, eventualmente o congresso e o poder judiciário tem por vezes defendido esses grupos dos ataques da esfera executiva, mas a situação inspira preocupações, principalmente em um momento que o próprio desenvolvimento das políticas públicas para as universidades estão em risco, seguimos em frente na esperança de tempos melhores.

Palavras-chave: Colonialidade; globalização; música no ensino superior.

Referências.

CARVALHO, José Jorge & FLOREZ, Juliana Flórez. Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. In: **Nomadas**. n. 41, 2014.

COHN, Gabriel. **Weber, frankfurt:** teoria do pensamento social I. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: **Revista USP**, São Paulo, n.75, 2007, p.76-84.

DUMÉNIL, Gerárd; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. In: **Economia e sociedade**, Campinas, v.16, nº 1, 2007, p.1-19

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber:** Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

FONSECA, Edilberto. A idéia de folk e as musicologias. **Debates**, UNIRIO, n.12, 2014. p.79-92.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva. Traços de colonialidade na educação superior em música do Brasil: análises a partir de uma trajetória de epistemicídios musicais e exclusões. In: **Revista da Abem**, v.25, n.38, 2017, p.132-159.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortés, 2002, p.25-102.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: **Novos estudos** n.79, 2007, p.71-94.





SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.



I Encontro de Educação Musical do Piauí:
Diálogos, culturas e desafios regionais
Universidade Federal do Piauí/ Instituto Federal do Piauí
Teresina/ Piauí – 23 a 27 de novembro de 2020

